
O EU, o outro e o nós: um trabalho envolvendo o respeito e a valorização à diversidade cultural no contexto da educação infantil

Tânia Zanella de Castilho Magalhães¹
<https://orcid.org/0000-0002-8783-9399>

Camila Regina Rostirola²
<https://orcid.org/0000-0001-8280-8879>

Resumo

A temática da desigualdade ganhou visibilidade nos últimos anos, marcadamente, em função das transformações na economia e da globalização. Nesse cenário, vários documentos foram escritos na tentativa de minimizar desigualdades, preconceitos e discriminação existentes na sociedade e nas escolas. Nessa via, este estudo buscou relatar a experiência advinda da prática de estágio na Educação Infantil, visando sensibilizar os educandos sobre o respeito e a valorização da diversidade cultural. Constatou-se que o professor tem um papel fundamental ao trabalhar o tema da diversidade cultural em sala de aula, visto que cabe a ele propor atividades que se relacionem ao assunto, despertando no aluno a curiosidade, o respeito e a valorização pelas culturas.

Palavras-chave: Diversidade Cultural; Currículo; Educação Infantil; Estágio Supervisionado.

The I, the other and the we: a work involving respect and appreciation for cultural diversity in the context of early childhood education

Abstract

The issue of inequality has gained visibility in recent years, markedly due to the transformations of the economy and globalization. In this scenario, documents have been written in an attempt to minimize inequalities, prejudice and discrimination existing in the society and schools. In this sense, this study aimed to report the experience gained during the internship practice in the Early Childhood Education, with the purpose of making students aware of the respect and appreciation of cultural diversity. It was found that the teacher has a key role when working on the issue of cultural diversity in the classroom, since it is up to them to propose activities that relate to the subject, arousing in the student curiosity, respect and appreciation for the cultures.

Keywords: Cultural Diversity; Curriculum; Early Childhood Education; Supervised Internship.

Introdução

O Brasil é um país com território vasto e diferentes culturas, onde cada povo apresenta suas crenças, costumes e peculiaridades. No entanto, ao longo da nossa história, sempre houve preconceitos, discriminação e exclusão social em relação aos grupos não homogêneos que representam as minorias sociais.

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina, Videira; taniazanella@yahoo.com.br

² Universidade do Oeste de Santa Catarina, Videira; camila.rostirola@unoesc.edu.br

Nesse sentido, a partir da década de 1990, a confluência de vários movimentos sociais, como de negros, mulheres e indígenas, passou a questionar as práticas homogeneizadoras presentes na sociedade, assim como a reprodução de práticas discriminatórias no cotidiano escolar.

No âmbito da educação, vários documentos foram escritos com o intuito de minimizar as desigualdades, os preconceitos e a discriminação existentes nas escolas e, assim, possibilitar ao educando uma nova perspectiva em relação às diversidades, para que esse possa ter uma educação verdadeiramente democrática e aprenda a respeitar e valorizar as diversas culturas existentes, que fazem parte do seu cotidiano.

A escola, enquanto instituição de transformação social e de formação de sujeitos críticos e de direitos, deve oportunizar aos alunos um desenvolvimento não só acadêmico, mas ético e moral. Partindo dessa premissa, o tema diversidade cultural deve ser inserido nas escolas de Educação Básica, a fim de promover a igualdade social, o respeito e a valorização. Portanto, para abordar a valorização e o respeito à diversidade dentro do ambiente escolar, é necessário despertar no aluno o reconhecimento de que todos, em alguma instância, são diferentes, e que essas diferenças não precisam nos distanciar e, sim, aproximar, identificando que fazem parte do cotidiano.

Dada a complexidade e a importância da inserção da temática da diversidade no âmbito educacional, o presente artigo busca relatar a experiência advinda da prática de estágio supervisionado na Educação Infantil, com vistas a sensibilizar os educandos para com o respeito e a valorização da diversidade cultural. Para tanto, está organizado de forma a, inicialmente, empreender uma discussão acerca da temática diversidade, assim como suas relações com o currículo da Educação Infantil. Posteriormente, apresenta as experiências advindas da prática de estágio, cujo tema foi a diversidade cultural.

Diversidade cultural: aspectos introdutórios

É sabido que a diversidade cultural está presente desde os primórdios da humanidade, no entanto foi somente a partir do século XX que se iniciaram as discussões

acerca dessa temática, assim como o reconhecimento de que os seres humanos possuem características e costumes próprios de acordo com a sua cultura.

Com o processo da globalização da economia e a disseminação das tecnologias de informação a partir do século XX, intensificou-se o movimento dos órgãos mundiais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), ou seja,

[...] as comunidades política, econômica e acadêmica internacionais com poder se reúnem para definir movimentos de incorporação de grandes massas humanas – as “minorias” sem poder – em suas agendas econômica, política e também educacional, porque as massas devem ser preparadas para responder às demandas geradas pela era da informação, da globalização e da sociedade do conhecimento (FERREIRA, 2015, p. 301).

A partir da década de 1990, com a entrada do Brasil no processo de globalização, algumas recomendações foram feitas pelo FMI e pela UNESCO no campo das políticas educacionais. A reforma educacional nos anos 1990 foi impulsionada, principalmente, pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990.

Essa Conferência destacou que a educação é fundamental para o progresso social e pessoal dos sujeitos, sendo assim, toda pessoa deve ter as necessidades básicas de aprendizagem atendidas, a fim de que os “seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo.” (UNESCO, 1998, p. 3).

Em seu artigo 3º, a Declaração de Jomtien compreende a urgência de universalizar a educação promovendo a equidade, ou seja, “a educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.” (UNESCO, 1998, p. 4).

Nesse sentido, essa Declaração traz em seu texto o reconhecimento das desigualdades entre os grupos desfavorecidos (mulheres, negros, homossexuais, entre

outros), ressaltando que deve ser assumido pela educação o compromisso de diminuir as disparidades existentes no contexto escolar.

Ao longo dos anos, o debate sobre o tema da diversidade cultural ganhou notoriedade, principalmente, no âmbito educacional. Essa ascensão do tema pode ser considerada resultado das lutas sociais realizadas por diferentes grupos, com o intuito de trazer à tona “discussões de distintas perspectivas teóricas que se ocupam dessa temática, de mudanças da matriz de políticas públicas, em como compatibilizar nas políticas públicas as exigências de respeito à diferença reivindicadas por grupos sociais sem restringir-se ao relativismo cultural.” (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; CRUZ, 2011, p. 86).

Portanto, quando se fala de diversidade, há muitas relações de poder e de interesses, assim, ao se avaliar um determinado grupo da sociedade, pode-se ter uma atitude de exclusão e discriminação (FERREIRA, 2015). Nesse sentido, é necessário ampliar a perspectiva para definir diversidade, pois não é um termo esvaziado de interesses políticos, econômicos e sociais.

Por ser um conceito em que as diferenças existentes são identificadas e reconhecidas, faz-se importante compreender que esse termo se refere à expressão que cada grupo apresenta sobre a sua cultura, sobre as suas especificidades e características, e que estas não podem ser motivos de exclusão dentro de uma sociedade plural como a nossa.

Para tanto, é imprescindível considerar que, ao se abordar o tema diversidade cultural, este se reporta diretamente ao conceito de identidade. Reconhecer e valorizar as diversas identidades não é simplesmente compreender as diferenças, mas é atentar-se para que estas não façam parte do projeto hegemônico de normalidade, ou seja, faz-se urgente compreender que a diversidade em si é um produto social e histórico que apresenta interesses a determinados grupos que vão além da sua valorização enquanto patrimônio da humanidade.

Nesse cariz, o termo diversidade

[...] se insere, necessariamente, na paisagem das relações desiguais de poder entre indivíduos e grupos sociais porque sempre diz respeito àquelas pessoas que se tornam vulneráveis à experiência de exclusão, caracterizada

pela ausência de oportunidades e chances na vida, na escola e no mercado de trabalho, entre outras, como resultado das condições socioeconômicas e culturais dentro das quais nascem e tendem a viver: um “ciclo de pobreza” (OXFAM, 1999 apud FERREIRA, 2015, p. 308).

Evidencia-se, assim, que trabalhar com a diversidade é ampliar o olhar, pois se revela um tema abarcado de muitas relações de poder, sendo necessário distanciar-se do jargão “ser diferente é legal ou normal”; há muito mais no discurso da diversidade do que se julga num primeiro momento, uma vez que representa a ação de muitos grupos sociais que lutam por igualdade de oportunidades e promoção de direitos.

Portanto, se a diversidade enquanto conceito apresenta as relações desiguais de poder que permeiam os grupos sociais, e o conceito de cultura demonstra os traços distintos e as peculiaridades do modo de vida de um determinado grupo, na união desses conceitos temos que a diversidade cultural

[...] manifesta-se na originalidade e na pluralidade das identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para o gênero humano como a diversidade biológica o é para a natureza. Neste sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras (UNESCO, 2002, p.3).

Nesse lume, trabalhar a diversidade cultural dentro do espaço escolar requer engajamento dos educadores, pois, como já citado, as culturas são patrimônios da humanidade e merecem ser estudadas a fim de que os educandos valorizem, respeitem e minimizem as discriminações e desigualdades tão presentes em nosso cotidiano em relação à temática.

O currículo da Educação Infantil e suas relações com a temática da diversidade cultural

Ao trabalhar com a diversidade cultural dentro do espaço escolar, reconhece-se que historicamente a escola apresenta situações em que “há manifestações de racismo,

discriminação social e étnica, por parte de professores, de alunos, da equipe escolar, ainda que de maneira involuntária ou inconsciente.” (BRASIL, 1997, p. 122).

Na Educação Infantil, um dos documentos que orientam a construção dos currículos são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), as quais buscam articular as experiências que a criança possui com os conhecimentos que serão aprendidos na escola. Não desvalorizando os seus saberes, mas integrando-os e desenvolvendo novos saberes e aprendizagens.

Portanto, considerar que as crianças possuem diferentes formas de expressão e que estão construindo e aprendendo meios para lidar com as vivências diárias faz com que a escola assuma um papel importante na sua formação, que não é apenas de cunho acadêmico, mas também de forma global, reconhecendo que são atores sociais que participam ativamente do próprio processo de socialização.

Para que a criança possa ser contemplada em todo o seu processo de desenvolvimento, as DCNEI orientam que os currículos devem seguir princípios éticos, políticos e estéticos.

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2010, p. 15).

Nos três princípios, nota-se que o tema da diversidade se encontra intrínseco ao trabalho que deve ser desenvolvido na Educação Infantil, pois ressaltam o respeito às diferentes culturas, identidades e singularidades, bem como às manifestações culturais, possibilitando às crianças conviver e aprender com as diferenças presentes dentro do espaço escolar (BRASIL, 2010).

As diretrizes abordam, ainda, a importância de a instituição escolar primar pela valorização e respeito às diversidades existentes e de que o currículo apresente “processos

de interação que se pautem no fortalecimento das identidades culturais, bem como no fortalecimento de ferramentas intelectuais e culturais necessárias aos diálogos e à compreensão ampla e crítica das realidades sociais nas quais vivemos.” (PINHO; TOMAZZETTI, 2017, p. 620).

O documento traz em seu bojo a defesa de um currículo mais democrático, a partir do qual a criança é vista como o centro do planejamento das atividades infantis, e objetiva orientar as instituições educacionais a planejarem suas propostas de acordo com essa concepção epistemológica, considerando as suas subjetividades (CARVALHO, 2015).

Buscando orientar a construção dos currículos em nível regional, no ano de 2016, a Associação dos Municípios do Alto Vale Rio do Peixe (Amarp), juntamente com os 14 municípios catarinenses que a compõem, formulou um documento intitulado *Diretriz Curricular da Educação Infantil da Amarp*, com o propósito de contribuir com a organização e proporcionar um direcionamento sobre a implementação de práticas pedagógicas na Educação Infantil.

Essa Diretriz traz em seu conteúdo a diversidade como um princípio educativo. Nesse sentido, “a diversidade como princípio educativo propõe uma centralidade da ética e nos valores sociais, políticos, econômicos, culturais que perpassam a formação das crianças e as relações da escola com a família e a comunidade.” (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE RIO DO PEIXE, 2016, p. 14).

Portanto, a Diretriz reforça as DCNEI, reconhecendo que o trabalho com a diversidade cultural na Educação Infantil tende a contribuir para o desenvolvimento das crianças, pois possibilita “[...] a ampliação de horizontes tanto para o professor quanto para a criança. Isto porque permite a conscientização de que a realidade de cada um é apenas parte de um universo maior que oferece múltiplas possibilidades.” (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE RIO DO PEIXE, 2016, p. 14).

Nessa via, ampliar o horizonte das crianças no que se refere às diversidades culturais existentes na escola faz com que elas comecem a reconhecer que o outro faz parte de uma relação ampliada para a formação do nós, ou seja, de um todo coletivo que reconhece as diferenças presentes, respeita-as e valoriza-as, a fim de se ter uma convivência baseada na

ação democrática.

Segundo a Diretriz da Amarp, é importante

[...] refletir sobre como as práticas pedagógicas na Educação Infantil podem promover a diversidade cultural e a igualdade racial, resultando em movimentos de revisão das experiências pedagógicas ofertadas às crianças: da organização do tempo, do espaço e dos materiais como também das ações dos adultos (professores, gestores, pais) (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE RIO DO PEIXE, 2016, p. 15).

Verifica-se que esse documento abrange em seu texto a modificação de ação dos adultos envolvidos na Educação Infantil para que o tema da diversidade seja trabalhado dentro das propostas educativas, reforçando, dessa forma, o trabalho pedagógico de forma integral, que se realiza de modo intencional e pressupõe um planejamento (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE RIO DO PEIXE, 2016). Nesse contexto, identifica-se que tanto a DCNEI quanto a Diretriz da Amarp destacam a importância de promover experiências de aprendizagem envolvendo a diversidade cultural na Educação Infantil, assim como em relação à inserção dessa temática nos currículos dessa etapa da Educação Básica.

Na senda de orientar a construção/revisão dos currículos, em 2017, foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trata-se de “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.” (BRASIL, 2017, p. 7).

Para a Educação Infantil, a BNCC estabelece seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a saber: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos de aprendizagem e desenvolvimento buscam assegurar

[...] as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BRASIL, 2017, p. 37).

Além dos direitos de aprendizagem, a BNCC sinaliza para uma organização curricular baseada em campos de experiências. Segundo destaca, “os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.” (BRASIL, 2017, p. 40).

Nesse sentido, o documento destaca que as práticas desenvolvidas dentro da Educação Infantil devem ter uma intencionalidade pedagógica, ou seja, o professor deve ter claro quais os objetivos que pretende alcançar quando propõe suas atividades. Ainda, cabe mencionar que

[...] os campos de experiências apontam para a imersão da criança em situações nas quais ela constrói noções, afetos, habilidades, atitudes e valores, construindo sua identidade. Eles mudam o foco do currículo da perspectiva do professor para a da criança, que empresta um sentido singular as situações que vivencia à medida que efetiva aprendizagens (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 10).

A BNCC propõe cinco campos de experiências, quais sejam: O eu, o outro e nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamentos e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Eles baseiam-se nas experiências de aprendizagem previstas na DCNEI e constituem-se nos saberes e conhecimentos fundamentais que cada criança deve desenvolver alinhados com as suas experiências (BRASIL, 2017).

Apesar das relações que devem ser estabelecidas entre os campos de experiência, neste estudo enfocamos o intitulado *O eu, o outro e o nós*, uma vez que está diretamente relacionado à temática da diversidade.

Ao discorrer sobre o campo de experiência *O eu, o outro e o nós*, a BNCC destaca que a interação das crianças com seus pares e com os adultos é o que lhes possibilita constituir um novo modo de agir, pensar e ver o mundo, identificando que existem diferenças entre suas realidades e outras experiências de vida, em que “constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais.” (BRASIL, 2017, p. 40).

Esse campo de experiência, de acordo com a BNCC, possibilita à criança ampliar a maneira com que percebe o outro e a si mesma, criando “oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas.” (BRASIL, 2017, p. 40).

Acreditamos que trabalhar as relações do eu, o outro e o nós na Educação Infantil é possibilitar às crianças interações que proporcionem o conhecimento de si e do mundo através das experiências que são realizadas dentro dessa etapa de ensino a fim de que modifiquem sua forma de pensar, agir e sentir.

Na senda desse debate, as práticas pedagógicas que o professor desenvolver serão de fundamental importância. Ressaltamos que estas devem ser comprometidas com as necessidades e os interesses da criança, a fim de que se alcancem os objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento integral dos educandos.

O professor, ao trabalhar a temática da diversidade cultural, terá que se despir de seus próprios preconceitos e assumir a postura de mediador das atividades, cuidando sempre para que esse tema não gere exclusão dentro da própria sala de aula, visto que as práticas pedagógicas não devem reforçar um padrão de ideias e comportamentos de homogeneização, que é tão arraigado dentro das instituições escolares.

Nesse sentido, os campos de experiências podem contribuir para que o professor da Educação Infantil trabalhe os saberes e conhecimentos de forma integrada, pois o objetivo principal é que a criança vivencie situações para que essa aprendizagem possibilite a construção da sua identidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

De forma geral,

[...] o campo de experiências “O eu, o outro e o nós” demanda uma atenção especial. O foco desse campo é possibilitar à criança viver novas formas mais amorosas, cooperativas e democráticas de se relacionar com seus pares e com adultos. [...] A noção de “nós” amplia o olhar das crianças para a existência de um ambiente social que inclui outras culturas e lugares distantes onde moram pessoas com costumes diferentes dos seus, algo necessário para a construção de um compromisso de busca da paz, de não discriminação de outros seres humanos e de preservação do planeta Terra.

Essas noções, que norteiam as ações dos indivíduos ao longo da vida, são aprendizagens valiosas para esses pequenos seres curiosos em busca de afeto (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 15).

Acreditamos que o trabalho com a diversidade dentro da Educação Infantil pode ser realizado de inúmeras formas, com diversos recursos didáticos, sempre primando pelo interesse das crianças de estabelecer novas relações, reconhecendo o outro e a si mesmas em sua diversidade, manifestando o respeito para com seus pares e com todos os indivíduos que fazem parte do seu círculo social, acolhendo, dessa forma, as diferenças que os educandos encontram no seu dia a dia.

Um trabalho envolvendo o respeito e a valorização da diversidade cultural na Educação Infantil: um relato de experiência

Nesta seção buscamos relatar os resultados advindos da prática de estágio supervisionado na Educação Infantil. O estágio foi realizado em uma turma de Pré I, com crianças de 4 e 5 anos de idade, situada no Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina. É importante mencionar que o intento de trabalhar com a temática da diversidade cultural adveio das observações realizadas na unidade escolar, assim como da importância da inserção desse tema desde a Educação Infantil.

Para a prática do estágio foram elaborados 13 planos de aula. Os saberes e conhecimentos trabalhados estiveram relacionados às proposições da BNCC (2017), assim como aos documentos que norteiam o currículo do Município de Pinheiro Preto.

As experiências de aprendizagem realizadas priorizaram a interação das crianças, pois, de acordo com Vygostky (2007), a criança se constitui enquanto sujeito e constrói os seus conhecimentos nas suas interações sociais.

Nesse sentido, a criança, ao entrar em contato com seus pares, passa a se reconhecer enquanto sujeito e a reconhecer e respeitar os outros nas suas peculiaridades e diferenças. Portanto, “a escola, na vida das crianças, aparece, então, como um espaço diferenciado de

cultura e de relações sociais que tem como objetivo contribuir com a formação integral desses sujeitos, considerando-os em seus aspectos cognitivos, afetivos, motores e sociais.” (PAIVA; NUNES; DEUS, 2010, p. 89).

Além de valorizar as interações, todas as experiências de aprendizagens foram planejadas de forma a fazer uso de diversos recursos lúdicos e, principalmente, de diferentes manifestações artísticas.

Nas primeiras aulas todas as experiências foram pensadas com vistas à valorização e ao respeito às características de cada criança, ou seja, partimos do trabalho envolvendo o nome, o autorretrato e o respeito pelas diferentes etnias ou, mais especificamente, pelos diferentes tipos de famílias. As crianças foram convidadas a desenhar, pintar e recortar, além de se manifestarem de forma oral nos momentos de conversa proporcionados pela professora estagiária.

O autoconhecimento das crianças pequenas faz com que elas possam ter maior autonomia em suas atividades e, dessa forma, expressem-se de maneira mais assertiva quanto às suas preferências, desgostos e gostos, visto que se autoconhecer é essencial em qualquer etapa do desenvolvimento humano e relevante quando trabalhamos o tema da diversidade.

Figura1 – Representação pessoal realizada pelas crianças



Fonte: os autores.

Nessa perspectiva, ressaltou-se a importância e a relevância de se trabalharem as

características pessoais, bem como o respeito por todos os sujeitos que estão inseridos na sociedade desde cedo, para que as crianças não reproduzam as desigualdades e as discriminações sociais tão arraigadas em nossa sociedade.

Após o trabalho envolvendo o eu, ou seja, as características pessoais de cada criança e de suas famílias, buscamos trabalhar as diferentes culturas, fazendo com que os alunos se expressassem através de manifestações artísticas como o teatro e a música. Destacamos a construção do painel da diversidade, para o qual as crianças realizaram recorte e colagem de revistas, procurando demonstrar as diferentes etnias.

Dando sequência às experiências de aprendizagem, os alunos foram convidados a manusear bonecos de diferentes tons de pele para que pudessem compreender que existem pessoas diferentes, mas que todas devem ser respeitadas e valorizadas. Nesse sentido, é importante destacar que a inclusão do tema da diversidade no ambiente escolar

[...] nos a leva a refletir que o ato de incluir todos os sujeitos em um mesmo espaço, nesse caso a sala de aula, respeitando a diversidade, exige do mediador não apenas o reconhecimento das diferenças, mas a construção de novas metodologias que não visam apenas a sistematização do conteúdo curricular, mas que também oportunizem situações de acolhimento, interação e respeito para com o outro (LOPES, 2009 apud BARBOSA; REZ; JOCA, 2017, p. 2).

Nesse processo de conhecimento sobre a diversidade cultural, a figura do professor é fundamental para que as crianças compreendam e se aproximem do conceito, pois o grande desafio da instituição escolar é desenvolver um processo de aprendizagem baseado no convívio e na troca, visando eliminar práticas de discriminação e de exclusão presentes no contexto social (GUSMÃO, 2000).

Para focar de forma lúdica a diversidade, utilizou-se a história *Menina bonita do laço de fita*, da autora Ana Maria Machado. Em seguida, os alunos realizaram a confecção da menina bonita do laço de fita, através da pintura e da colagem de materiais.

Figura2 – Representação da Menina Bonita



Fonte: os autores.

A partir dessa atividade foi possível verificar que a questão do preconceito racial pode estar arraigada desde a infância, pois desde pequenas as crianças apresentam uma concepção sobre as diferenças que vai sendo construída partir das suas vivências com os diversos ambientes e grupos de convivências, como a família, a comunidade e a instituição escolar, que colaboram para a constituição de um conceito do que é ser branco e do que é ser negro na sociedade (OLIVEIRA, 2004).

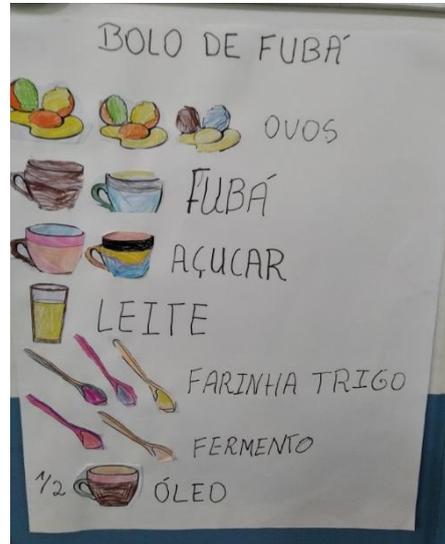
Nesse lume, desenvolver um trabalho com as crianças sobre a diversidade cultural se faz iminente no ambiente escolar, para que haja a desmistificação de que apenas o homem branco é aceitável dentro de uma sociedade plural como a nossa.

Dando sequência às experiências de aprendizagem relacionadas à diversidade cultural, trabalhamos o folclore brasileiro a partir da lenda do Boi Bumbá. As crianças foram convidadas a assistirem um vídeo, assim como a confeccionarem uma máscara fazendo uso de diferentes materiais e, ainda, a brincar de Boi Bumbá.

Ainda no decorrer dos 13 dias de estágio supervisionado, foram propostas experiências de aprendizagem com vistas ao reconhecimento das diferentes culturas e etnias que fazem parte da história do Município de Pinheiro Preto, com destaque para as culturas aborígine, indígena, alemã e italiana. Para tanto, as aulas foram pautadas no uso de estratégias como: contações de histórias, rodas de conversa, elaboração de cartazes,

músicas, pinturas, colagens, além de passeios e elaboração de receitas típicas.

Figura3 – Representação da receita de bolo de fubá



Fonte: os autores.

Um dos recursos lúdicos utilizados para trabalhar a diversidade cultural foi a dança. Acreditamos que a partir dela os alunos expressam sua consciência corporal, que é de fundamental importância para o seu desenvolvimento escolar, sendo que “há a necessidade de sistematizar propostas educativas em que o processo de socialização inclua a dimensão corporal, pois é a dimensão mais presente nos eventos promotores de aprendizagem significativa.” (XAVIER et al., 2016, p. 85).

De forma geral, trabalhar a temática da diversidade cultural é poder revisitar conceitos arraigados e possibilitar ao aluno reconhecer-se como um ser diferente em suas particularidades, aceitando sua identidade para que posteriormente possa aceitar o outro em sua diversidade, exercitando, dessa maneira, o respeito para com o outro e a tolerância. Apenas com a conscientização das crianças é que se poderá realizar a formação de pessoas que não discriminem, mas, sim, que sejam sujeitos da mudança por uma sociedade mais justa e igualitária.

É importante destacar que os profissionais que atuam na escola foram bem acolhedores, desde o momento da observação até a execução do estágio, tanto a direção

quanto a professora regente sempre estiveram presentes e prontas para qualquer ajuda solicitada, o que é de grande valia para quem realiza o estágio, pois tem a certeza de poder contar com o apoio de quem possui maior experiência e conhecimento sobre os alunos.

Considerações finais

A diversidade está presente no cotidiano de todas as pessoas, pois vivemos numa sociedade plural e diversa. Ao se reportar a essa temática, deve-se compreender que é resultado de uma construção histórica, social, cultural e política das diferenças existentes na nossa sociedade. Trata-se de um tema atravessado por relações de poder e marcado pela luta de grupos tidos como as minorias, na busca pelos seus direitos e pela minimização de preconceitos e discriminação.

Percebe-se que é de suma importância o papel da escola dentro da formação dos sujeitos, pois é nesse espaço que as crianças começam a conviver com seus pares e a reconhecer, respeitar e valorizar as diferentes culturas, construindo desde cedo bases sólidas para compreender o mundo que as cerca, não reproduzindo a discriminação tão arraigada em nossa sociedade.

Foi com esse intuito que as experiências de aprendizagem propostas às crianças do Pré I estiveram voltadas, ou seja, para a promoção do respeito e da valorização da diversidade cultural presente em nosso país e no município de Pinheiro Preto. De forma geral, realizar o estágio curricular obrigatório na Educação Infantil foi uma experiência enriquecedora, que gerou a oportunidade de repensar a prática docente em muitos aspectos, além de tecer relações entre teoria e prática.

Referências

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T. C.; CRUZ, A. C. A diferença e a diversidade na educação. *Contemporânea*, São Carlos, n. 2, p. 85-97, jul./dez. 2011. Dossiê Relações Raciais e Ação Afirmativa.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE RIO DO PEIXE. *Diretriz curricular da educação*

infantil da Amarp. Videira: AMARP, 2016.

BARBOSA, J. P. S.; REZ, T. K.; JOCA, A. M. A diversidade na educação infantil: questões para a prática pedagógica em sala de aula. In: *ENCONTRO INTERNACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES*, 6., 2017, Salvador. *Anais* [...] Salvador, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997, v. 10 – Pluralidade Cultural.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2017.

CARVALHO, R. S. Análise do discurso das diretrizes curriculares nacionais de educação infantil: currículo como campo de disputas. *Educação*, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 466-476, set./dez. 2015.

FERREIRA, W. B. O conceito de diversidade no BNCC: relações de poder e interesses ocultos. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, DF, v. 9, n. 17, p. 299-319, jul./dez. 2015.

GUSMÃO, N. M. M. Desafios da diversidade na escola. *Revista Mediações*, Londrina, v. 5, n. 2, p. 9-28, jul./dez. 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Campos de experiências: efetivando direitos e aprendizagens na educação infantil*. São Paulo: Fundação Santilana, 2018. Texto final: Zilma de Moraes Ramos de Oliveira.

OLIVEIRA, F. *Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?* 2004. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004, p. 119.

PAIVA, N. S. G.; NUNES, L. G. A.; DEUS, M. F. A construção da identidade da criança na educação infantil numa perspectiva histórico-cultural. *Olhares & Trilhas*, Uberlândia, ano XI, n. 11, p. 85-96, 2010.

PINHO, V. A.; TOMAZZETTI, C. M. Infâncias, saberes e diversidade: um diálogo com a Educação Infantil. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 26, n. 62/2, p. 617-638, mai./ago. 2017.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien: UNESCO, 1998.

UNESCO. Declaração universal sobre a diversidade cultural. UNESCO, 2002. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>> Acesso em: 05 out.2022.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. Tradução: José Cipolla Neto; Luis Silveira Menna Barreto; Solange Castro Afeche. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

XAVIER, A. M. *et al.* Psicomotricidade, consciência corporal e representação gráfica de crianças: uma revisão crítica. *Revista Didática Sistemica*, Rio Grande do Sul, v. 18, n. 1, p. 79-92, 2016.

Recebido em abril 2021.

Aprovado em agosto 2022.